



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2019
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS 001/2019
Processo Administrativo: 042

MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVOEMBRO, de conformidade com a Lei Federal nº. 8666/93, de 21 de julho de 1993, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital de TOMADA DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para conhecimento dos interessados, que às **9:00 (nove) do dia 26 (vinte e seis) de Março de 2019 (dois mil e dezenove)** na Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro, sito na Rua Santo Antônio, 1243, estará reunida a Comissão Permanente de Licitação para abertura da presente Tomada de Preços.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

É objeto desta licitação a **EMPREITADA GLOBAL**, em regime de execução indireta, com fornecimento integral de materiais e mão-de-obra, para a execução do projeto que visa à construção da Unidade Básica de Saúde na sede do Município de Dezesseis de Novembro, conforme especificações do EDITAL e seus ANEXOS (croqui/planta, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, dentre outros anexos).

2. DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS.

As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação, em uma via assinada em sua última folha e rubricada nas demais eventualmente existentes, sem rasuras ou emendas, contendo na sua parte externa e fronteira a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVOEMBRO
LICITAÇÃO Nº 008/2019 - TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2019
ENVELOPE nº. 01
PROPONENTE – NOME DA EMPRESA

AO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVOEMBRO
LICITAÇÃO Nº 008/2019 - TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2019
ENVELOPE nº. 02
PROPONENTE – NOME DA EMPRESA

2.1.1. ENVELOPE nº. 1 - DA DOCUMENTAÇÃO:

Os interessados em participar da presente licitação deverão cadastrar-se junto ao Município de Dezesseis de Novembro até o dia **21(vinte e um) de Março de 2019, impreterivelmente**, mediante apresentação dos documentos numerados abaixo (apresentando documentação original ou mediante fotocópia autenticada em cartório ou por servidor desta Municipalidade). **No envelope nº 01 somente deverá constar o Certificado de Registro Cadastral do Município de Dezesseis de Novembro (CRC - Dezesseis de Novembro), não se admitindo CRC emitido por qualquer outro ente público**; acrescido, se caso vencida alguma Certidão Negativa até a data de abertura dos envelopes, de novo documento com validade pelo prazo da licitação; **e também acrescido dos demais documentos exigidos no Edital e não constantes do CRC – Dezesseis de Novembro.**

2.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo ou estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº. 6.404/76, ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul - JUCERGS, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Prova do alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;
- Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e,
- Declaração de ciência dos termos do Edital e de plena submissão às condições do Edital, em todas as fases da licitação.



2.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação; ou, se dispensado de inscrição, o respectivo comprovante ou declaração;
- Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Federal (CND da dívida ativa da União: da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), Estadual e Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica; e,
- Certidão que prove a regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT.

2.4. DOCUMENTO RELATIVO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

- Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Distribuidor do Foro da Comarca da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- Declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

2.5. DOCUMENTO RELATIVO AO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- Declaração de que o licitante observa o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que versa sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

OBSERVAÇÃO: Para decidir sobre questões pertinentes ao processo licitatório a proponente deverá apresentar preposto com credencial ou procuração específica para esta licitação com poderes especiais, sob pena de não lhe ser permitido acesso aos atos da Comissão de Licitação.

2.6. CAPACIDADE TÉCNICA:

A capacidade técnica será aferida, obrigatoriamente, com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou visto do mesmo, no caso de empresas não sediadas no Estado; e,

b) Prova da empresa possuir no quadro funcional permanente, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras e/ou serviços de complexibilidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, tudo devidamente atestado pelo **CREA ou CAU**, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

b.1) a prova da empresa possuir no quadro permanente, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou qualquer outra forma de vinculação (contrato de prestação de serviços, etc); e, cumulativamente,

*b.2 a prova de que o profissional é detentor de responsabilidade técnica para execução de obras e/ou serviços de complexibilidade tecnológica operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação será feita mediante apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no **CREA,CAU** ou certidão do órgão (comprovação de boa execução, compatível em características com o objeto da licitação); e,*

c) declaração do proponente, firmada também pelo seu responsável técnico, legalmente habilitado, de que, através de visita deste último ao local das obras e/ou serviços, aceita como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos serviços; e,

d) fornecimento, pelo licitante, da relação de equipamentos, de instalações e de pessoal disponível para execução das obras.

e) Atestado de Visita Técnica realizada por representante da empresa licitante no local das obras, devendo ser agendado diretamente com o Setor de Engenharia, entre 09h e 11h, a ser realizada até 24h antes do prazo para credenciamento.



3. ENVELOPE nº. 2 – DA PROPOSTA:

A proposta deverá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português e de forma clara, não podendo ser manuscrita nem tampouco conter rasuras ou entrelinhas, **em preço GLOBAL**, cuja prestação de serviços é licitada, expressos em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais/tributários, comerciais, sociais e trabalhistas.

Quanto à proposta, ainda:

a) deverá ser proposta financeira, **menor preço GLOBAL**, redigida em português e de forma clara, **não podendo ser manuscrita nem tampouco conter rasuras ou entrelinhas** e incluirão orçamento discriminado em preços unitário e global para o objeto cuja aquisição é licitada, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço englobar todas as despesas com encargos fiscais/tributários, comerciais, sociais e trabalhistas e transporte para entrega do material adquirido em Dezesseis de Novembro;

b) as propostas deverão ser apresentadas mediante orçamento discriminado, sob pena de desclassificação, com os itens rigidamente de acordo com o programado neste Edital e em seus anexos, não se admitindo proposta que não esteja de acordo ou que contenha apenas o valor global sem discriminação pormenorizada;

c) validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte dias) dias; sendo que, se não constar este dado, considerar-se-á a mesma como tendo tal prazo de validade;

d) declaração do proponente de que se responsabiliza pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas, assinado, também, por técnico legalmente habilitado; e,

e) declaração do proponente que se responsabiliza pelo fornecimento de material de primeira qualidade, dentro das normas técnicas, e, também, que se obriga a substituir materiais com defeito ou fora das especificações que porventura venham a ser entregues.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

As propostas das licitantes habilitadas, apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste edital, serão julgadas pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** e classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços.

Não serão consideradas:

➤ Qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes;

➤ Proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

➤ Proposta de valor inexecutável ou que, flagrantemente, não considere ao menos as obrigações (fiscais/tributários, comerciais, sociais e trabalhistas) exigíveis.

➤ O preço deverá ser apresentado em reais (R\$), admitindo-se somente 02 (duas) casas decimais após a vírgula, correspondente aos centavos; haja vista que será desconsiderado o valor a partir da 3ª (terceira) casa decimal após a vírgula.

➤ **Proposta que exceder ao preço máximo admitido, assim considerado aquele estabelecido no orçamento analítico elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro R\$ 243.101,05 (duzentos e quarenta e três mil cento e um reais com cinco centavos)**

➤ No caso de empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio público para o qual os interessados serão previamente notificados.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 - A Empresa vencedora se compromete a realizar a obra, com fornecimento completo de materiais, de acordo com exigências da Prefeitura.

5.2. A CONTRATADA será responsável pelos encargos sociais, taxas, impostos e quaisquer outros tributos e despesas que incidirem sobre o serviço prestado e os materiais fornecidos, bem como qualquer responsabilidade no tocante a



vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado nos serviços, inclusive no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda.

5.3. O Licitante vencedor que vier a contratar com a Administração comprometer-se a efetuar, com rigorosa pontualidade, os recolhimentos legais, relativos ao PIS, INSS, FGTS, IR, FINSOCIAL, fornecendo, cópia dos valores, recebidos do pagamento com pessoal ora contratados, para a execução dos serviços.

5.4. Será retido pelo Município, dos pagamentos relativos à mão-de-obra, as obrigações legais, conforme legislação vigente.

5.5. As despesas, tais como contratação de pessoal e despesas sociais, serão totalmente por conta do Licitante vencedor.

5.6. A CONTRATADA deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente contrato com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados, e treinados para a prestação dos serviços. Deverá manter seus empregados sempre identificados durante a execução dos serviços ora contratados.

5.7. Todo o pessoal em serviço, mencionado deverá estar munido de equipamentos de proteção individual, bem como acessórios de segurança para o desempenho das tarefas.

5.8. Sempre que ocorrer falta de pessoal, a CONTRATADA deverá providenciar a sua imediata substituição.

5.9. A CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária.

5.10. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.11. A CONTRATADA não poderá sub-contratar os serviços de terceiros, objeto deste edital, nem em parte, tampouco quanto ao todo senão com anuência expressa da Administração.

5.12. A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços, com fornecimento de material, de acordo com as regras da **Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Captação de Recursos e Secretaria Municipal da Saúde, sujeitando-se a fiscalização das mesmas.**

5.13. A CONTRATADA utilizará para prestação dos serviços, veículos, máquinas e equipamentos e material necessários, devendo os mesmos não trazer risco a população, ou seja, veículos, máquinas e equipamentos adequados para o fim específico do processo licitatório, atendendo as determinações legais e regulamentares pertinentes.

5.14. A CONTRATADA deverá manter os veículos, máquinas e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, sujeitos a revisão por responsável indicado pela Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro, a qualquer momento, durante a vigência do contrato.

5.15. A critério da Administração Municipal, poderá a qualquer momento ser exigida a troca de equipamentos, máquinas ou veículos, que não atenda as exigências dos serviços ou de Lei.

5.16. A CONTRATADA obriga-se a substituir imediatamente os veículos, máquinas e equipamentos que porventura vierem a apresentar problemas de mecânica.

5.17. A CONTRATADA obriga-se a manter em seu quadro funcional, pessoal suficiente para a substituição imediata em caso de ausência de qualquer funcionário da equipe responsável, não podendo prejudicar o prazo de conclusão das obras.



6. DO RECURSO FINANCEIRO:

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da(s) seguinte(s) rubrica(s):

06 – Secretaria Municipal de Saúde.

0602 – FMS – Conv. Com a União

0602.10.302.0023.1019 – Programa de requalificação da UBS – Construção.

44.90.51.00.00 – Obras e instalações

7. DOS RECURSOS:

Dos atos praticados pela Administração no curso do procedimento licitatório caberá recurso nos termos do que dispõe o art. 109 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

8. DAS PENALIDADES:

8.1. A recusa injusta da adjudicatória em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, descumprindo total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades previstas na Lei Federal 8666/93 e alterações posteriores.

8.2. Advertência, multa, rescisão do contrato, suspensão temporária de participação em licitações e declaração de inidoneidade.

8.3. Essas penalidades serão aplicadas à critério da Administração Municipal e quando aplicadas, serão devidamente registradas.

8.4. As penalidades serão aplicadas:

- Quando houver atraso por culpa da CONTRATADA;
- Quando paralisar injustificadamente os serviços;
- Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.

8.5. A Advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

8.6. A multa será de 0,1% (um décimo por cento) por dia útil de atraso nos serviços aplicada sobre o valor global do contrato. Por qualquer infringência contratual será cobrada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado.

8.7. Quando a CONTRATADA motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos sofridas pelo CONTRATANTE, em razão da rescisão contratual.

8.8. A suspensão temporária ou declaração de inidoneidade para licitar na Administração Municipal, será aplicada nos casos de maior gravidade, depois de exame por comissão especialmente designada pelo Senhor Prefeito Municipal.

9. DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. Caberá a Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Captação de Recursos e Secretaria Municipal da Saúde através de seus setores específicos fiscalizar a execução dos serviços a serem prestados, com fornecimento de material de primeira qualidade.

9.2. A fiscalização de que trata o item anterior não isenta a Licitante vencedora das responsabilidades assumidas com a celebração do Contrato.

10. DA RESCISÃO:

10.1. O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à empresa prestadora de serviços nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da contratada.
- b) Incorporação, fusão ou cisão da contratada, que venha a prejudicar a execução do presente contrato.



c) Interrupção dos trabalhos, total ou parcialmente, consecutivos ou não, independentes das penalidades previstas neste Edital.

11. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO:

O Município de Dezesseis de Novembro reserva o direito de revogar ou anular a presente licitação, mesmo após a homologação, sem que a empresa vencedora caiba direito a qualquer tipo de indenização.

12. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS.

Os interessados poderão obter informações complementares e esclarecimentos sobre a licitação, na Prefeitura Municipal, com a Comissão Permanente de Licitações, na Rua Santo Antônio, 1243, Dezesseis de Novembro, RS, ou pelo fone (55)3362.1100/1005, com o servidor Daniel ou Diego, Setor de Licitações.

13. DO PRAZO:

O prazo do para conclusão da obra será de **120(cento e vinte dias) dias**, a partir da ordem de início fornecida pelo Município.

O pagamento se dará conforme cronograma físico-financeiro elaborado pelo Município e somente após a conclusão da parcela/etapa, conferência, medição e aprovação pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, em parcelas conforme o referido cronograma, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro por parte do licitante vencedor.

Fica vedada a apresentação de Nota Fiscal/Fatura de outra empresa que não a contratada.

A assinatura do contrato está condicionada à apresentação de uma das garantias previstas no art. 56, §1º, da Lei 8.666/93, posto que o pagamento somente se dará após a conclusão das obras.

14. DO CONTRATO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES:

14.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração no prazo de 5 (cinco) dias convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 81 e 87 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para sua assinatura, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, **inclusive quanto aos preços praticados**, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa sobre 10% (dez por cento) do valor do contrato para o licitante desistente.

14.3 A assinatura do contrato está condicionada à apresentação de uma das garantias previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93.

14.4 A garantia apresentada será restituída após o recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

14.5 Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, o Município poderá aditar o contrato, obedecendo a Lei nº. 8.666/93, e mantidas as condições da proposta inicial, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos**, ao que estão obrigados a aceitar os licitantes vencedores sob pena de ser considerado descumprimento contratual o não-atendimento ao aditivo.

14.6 O tempo em que a obra permanecer embargada será contado como de execução.

14.7 O descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente implicará multa de 2% sobre o valor do contrato.



14.8 Do contrato a ser assinado com o vencedor desta licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55 e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada nos arts. 77 a 79, todos da Lei nº. 8.666/93.

14.9 O Município não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da contratada, quando na execução da obra de que trata este edital.

14.10 A empresa vencedora da licitação se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), especificações, projetos arquitetônicos, estruturais, instalações e detalhes, dando andamento aos serviços de modo a permitir que sejam cumpridos, rigorosa e integralmente, o cronograma e o prazo de entrega da obra.

14.11 Caberá ao licitante a vistoria prévia ao local das obras, verificando as dificuldades de serviços e já incluindo seus custos e prazo no orçamento. Caberá também a ela um exame completo de todas as plantas e especificações. As possíveis dúvidas e discordâncias entre especificações, orçamento e projetos, que possam surgir, deverão ser esclarecidos junto ao Setor de Obras da Prefeitura Municipal. Estas verificações deverão ser feitas antes da apresentação da Proposta, pois não serão aceitas alterações nos preços em consequência dessas eventuais discordâncias ou dificuldades locais. O licitante será o único responsável pela execução posterior de detalhes defeituosos ou errados.

14.12 No caso de divergência entre as medidas em planta e as cotas indicadas, prevalecerão às últimas; as especificações e os detalhes prevalecerão sobre as plantas e sobre o orçamento.

14.13 Caberá à Empreiteira fornecer e conservar o equipamento mecânico, ferramentas e demais instrumentos necessários às obras e serviços que lhe forem confiados, contratar mão-de-obra idônea e suficiente, obter e empregar materiais de primeira qualidade para conclusão das obras no prazo fixado.

14.14 Todas as modificações que alterem substancialmente o projeto arquitetônico, estrutural e instalações, somente serão admitidas com autorização prévia e expressa dos autores dos projetos.

14.15 A direção da obra caberá a profissional habilitado, na forma da legislação vigente sobre tributos, trabalho, previdência social, acidentes do trabalho e demais contribuições, já que, por cujos encargos, responde unilateralmente, em toda a sua plenitude. Todos os trabalhadores da obra deverão obrigatoriamente usar o equipamento individual de segurança, durante todo o tempo de permanência da obra, ficando a fiscalização a cargo da Empreiteira.

14.16 A Empreiteira ficará obrigada a observar todas as leis, regulamentos e posturas, referentes a obra e segurança pública.

14.17 A Empreiteira manterá no canteiro um “Diário de Obra”, no modelo aprovado pelo Setor de Obras da Prefeitura Municipal, onde serão lançados diariamente todos os trabalhos desenvolvidos e fatos dignos de registro. O livro será rubricado diariamente na obra pelo profissional habilitado (engenheiro ou arquiteto) da empresa. Somente serão computados a favor da Empreiteira os dias em que, por motivo de força maior, for necessária a suspensão dos trabalhos, se no “Diário de Obra” constarem em cada um desses dias, termos lavrados e assinados pelo fiscal e profissional da Empreiteira.

14.18 O prazo de execução da obra será de **120 (cento vinte dias)**, a contar da data de ordem de serviço emitida pelo MUNICÍPIO, podendo este prazo vir a ser estendido caso haja justa causa.

14.19 A firma contratada deverá tomar providências para a retirada periódica dos entulhos, além da limpeza regular da obra, e a colocação de placas indicativas de realização de obras, dando ciência a população sobre o perigo e a impossibilidade de entrar no canteiro de obras.

14.20 Todos os materiais a serem utilizados deverão ser de primeira qualidade.

14.21 A Empreiteira vencedora da licitação da execução da obra deverá, se cabível e exigível pela legislação vigente, providenciar junto a Prefeitura Municipal o licenciamento da obra, matricular a obra no INSS, anexar o memorial descritivo e documentação necessária ao licenciamento.



14.22 A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Captação de Recursos, Secretaria Municipal da Saúde** e **Secretaria Municipal de Obras**, fiscalizarão a execução da obra, podendo sustar os pagamentos, no todo ou em parte, se os serviços estiverem em desacordo com as condições técnicas exigidas.

14.23 A empreiteira contratada se obriga a executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, especificações, projetos arquitetônicos, estruturais e detalhes, dando andamento aos serviços de modo a permitir que sejam cumpridos, rigorosa e integralmente, o cronograma e o prazo de entrega da obra, e apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica–ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, referente à execução da obra.**

14.24 Os serviços discriminados nesta especificação serão executados por firma competente e de idoneidade comprovada.

14.25 A Empreiteira só poderá usar qualquer material, depois de submetê-lo ao exame e aprovação da fiscalização, a quem caberá impugnar seu emprego quando em desacordo com as especificações.

14.26 A firma contratada obedecerá rigorosamente às normas em vigor, relativas à segurança do trabalho da construção civil.

14.27 A vigilância do local da obra será de inteira responsabilidade da firma contratada.

14.28 Alguns materiais foram eventualmente indicados nominalmente por facilidade de referência. Admite-se, porém, a sua substituição por material equivalente, de outro fabricante admitido pela fiscalização como similar e idôneo, desde que seja de qualidade comprovada.

14.29 Quaisquer danos decorrentes da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da contratada, que deverá providenciar o reparo imediato.

14.30 Serão impugnados pelo órgão técnico competente, todos os trabalhos que não estiverem de acordo com os projetos e respectivas especificações. Ficará a contratada, obrigada a demolir e refazer todos os trabalhos impugnados, logo após o reconhecimento da notificação correspondente, ficando por sua conta inclusive as despesas decorrentes dessas providências.

14.31 As medidas constantes em planta, deverão ser obrigatoriamente conferidas no local.

14.32 Qualquer divergência entre os projetos ou dúvidas que por ventura houver, será dirimida pelo responsável técnico da obra e contratante.

14.33 A Empreiteira não poderá sub-empregar a obra ou serviços no seu todo ou parcialmente sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

14.34 Sempre que constar em especificação, encargos ou plantas, a expressão “ou similar”, o similar só poderá ser usado se tiver sido indicado previamente na proposta para licitação.

14.35 As disposições e dimensões de todos os elementos serão as indicadas no projeto, salvo alterações que venham a ser necessárias, para satisfazer as exigências dos poderes públicos.

14.36 A Empreiteira ficará responsável pelas indenizações, reparos, reposições, reconstrução ou qualquer dano que venham a sofrer as propriedades vizinhas, veículos ou pessoas, motivadas pela execução da obra.

14.37 As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pela falta ou descumprimento das disposições legais que regem a execução das obras, serão de inteira responsabilidade da Empreiteira, devendo, para tanto, serem previstas a obtenção de licenças diversas, registros, impostos e taxas, serviços auxiliares e ligações provisórias.



14.38 Os licitantes deverão apresentar suas propostas baseadas em seus próprios orçamentos, no que se refere aos itens e quantitativos.

15. DOS ANEXOS.

Fazem parte deste edital, como anexo e independente de transcrição ou traslado, a minuta de contrato, sendo que os demais documentos serão disponibilizados no site da prefeitura municipal de Dezesseis de Novembro.

16. OUTRAS DISPOSIÇÕES.

A apresentação do envelope por parte da licitante interessada implica total concordância com as condições do edital de licitação.

É facultado à Comissão Permanente de Licitações, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas).

Fica eleito o Foro da Comarca de São Luiz Gonzaga (RS) para dirimir controvérsias resultantes do presente edital.

Dezesseis de Novembro (RS), 01 de Março de 2019.

ADEMIR JOSÉ ANDRIOLI GONZATTO
Prefeito Municipal



ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
VINCULADO A LICITAÇÃO Nº 008/2019 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2019

MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVOEMBRO, RS, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 91.553.966/0001-01, com sede na Rua Santo Antônio, 1243, Dezesseis de Novembro (RS), neste ato representado por seu Prefeito, senhor, CPF nº.e RG nº., doravante denominado CONTRATANTE; empresa, sito(a) à, na cidade de CNPJ sob nº, juntamente com seu representante o Sr., residente em, CPF sob nº e CI sob nº, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam o presente instrumento de contrato conforme o que dispõe a Lei 8666/93.

O presente contrato administrativo tem como origem o processo licitatório modalidade tomada de preço nº. 001/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto:

É objeto deste contrato administrativo a EMPREITADA GLOBAL, em regime de execução indireta, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para a execução do projeto que visa à construção da Unidade Básica de Saúde **no Município de Dezesseis de Novembro - RS**, com fornecimento de integral de materiais e na conformidade dos serviços a serem prestados constantes do croqui/planta, memorial descritivo e orçamento analítico em anexo à licitação modalidade tomada de preço nº. 001/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Prazo:

O prazo do para conclusão da obra será de **120(cento e vinte) dias**, a partir da ordem de início fornecida pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O Contratante deverá pagar ao Contratado o valor de R\$ (.....) pelos serviços prestados, incluindo o fornecimento de materiais, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária da Lei Orçamentária vigente:

06 – Secretaria Municipal de Saúde.

0602 – SMS – Conv. Com a União

0602.10.302.0023.1019 – Programa de requalificação da UBS – Construção.

4490.51.00.00 – Obras e instalações.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Encargos:

A Empresa vencedora se compromete a realizar a obra, com fornecimento completo de materiais, de acordo com exigências da Prefeitura.

O Contratado será responsável pelos encargos sociais, taxas, impostos e quaisquer outros tributos e despesas que incidirem sobre o serviço prestado e os materiais fornecidos, bem como qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referentes ao pessoal utilizado nos serviços, inclusive no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda.

O Licitante vencedor que vier a contratar com a Administração comprometer-se a efetuar, com rigorosa pontualidade, os recolhimentos legais, relativos ao PIS, INSS, FGTS, IR, FINSOCIAL, fornecendo cópia dos valores, recebidos do pagamento com pessoal ora contratados, para a execução dos serviços.

Será retido pelo Município 11% dos pagamentos relativos à mão-de-obra que será recolhido em GPS em nome da empresa.

As despesas, tais como contratação de pessoal e despesas sociais, serão totalmente por conta do Licitante vencedor.



O Contratado deverá assumir o compromisso formal de executar todas as tarefas objeto do presente contrato com perfeição e acuidade, mobilizando, para tanto, profissionais capacitados, e treinados para a prestação dos serviços. Deverá manter seus empregados sempre identificados durante a execução dos serviços ora contratados.

Todo o pessoal em serviço, mencionado deverá estar munido de equipamentos de proteção individual, bem como acessórios de segurança para o desempenho das tarefas.

Sempre que ocorrer falta de pessoal, o Contratado deverá providenciar a sua imediata substituição.

O Contratado deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária.

O Contratado se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições básicas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O Contratado não poderá sub-contratar os serviços de terceiros, objeto deste edital, nem em parte, tampouco quanto ao todo senão com anuência expressa da Administração.

O Contratado se obriga a prestar os serviços, com fornecimento de material, de acordo com as regras da Secretaria Municipal de Obras, sujeitando-se a fiscalização da mesma.

O Contratado utilizará para prestação dos serviços, veículos, máquinas e equipamentos e material necessários, devendo os mesmos não trazer risco a população, ou seja, veículos, máquinas e equipamentos adequados para o fim específico do processo licitatório, atendendo as determinações legais e regulamentares pertinentes.

O Contratado deverá manter os veículos, máquinas e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, sujeitos a revisão por responsável indicado pela Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro, a qualquer momento, durante a vigência do contrato.

A critério da Administração Municipal, poderá a qualquer momento ser exigida a troca de equipamentos, máquinas ou veículos, que não atenda as exigências dos serviços ou de Lei.

O Contratado obriga-se a substituir imediatamente os veículos, máquinas e equipamentos que porventura vierem a apresentar problemas de mecânica.

O Contratado obriga-se a manter em seu quadro funcional, pessoal suficiente para a substituição imediata em caso de ausência de qualquer funcionário da equipe responsável, não podendo prejudicar o prazo de conclusão das obras.

CLÁUSULA QUINTA – Da Rescisão:

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à empresa prestadora de serviços nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da contratada.
- b) Incorporação, fusão ou cisão da contratada, que venha a prejudicar a execução do presente contrato.
- c) Interrupção dos trabalhos, total ou parcialmente.

Sofre o Contratado, nestes casos, as consequências do art. 80 da lei 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA– Das Penalidades:

As penalidades contratuais serão:

a) advertência, multa, rescisão do contrato, suspensão temporária de participação em licitações e declaração de inidoneidade.



Parágrafo Primeiro. Essas penalidades serão aplicadas à critério da Administração Municipal e quando aplicadas, serão devidamente registradas.

Parágrafo Segundo. As penalidades serão aplicadas:

- Quando houver atraso por culpa da CONTRATADA;
- Quando paralisar injustificadamente os serviços;
- Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais;

Parágrafo Terceiro. A Advertência será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.

Parágrafo Quarto. A multa será de 0,1% (um décimo por cento) por dia útil de atraso nos serviços aplicada sobre o valor global do contrato. Por qualquer infringência contratual será cobrada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado.

Parágrafo Quinto. Quando o Contratado motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos sofridas pelo Contratante, em razão da rescisão contratual.

Parágrafo Sexto. A suspensão temporária ou declaração de inidoneidade para licitar na Administração Municipal, será aplicada nos casos de maior gravidade, depois de exame por comissão especialmente designada pelo Senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento:

O pagamento se dará conforme cronograma físico-financeiro elaborado pelo Município e somente após a conclusão da parcela/etapa, mediante conferência, medição, aprovação, vistoria e inspeção pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, condicionado à liberação dos recursos pelo ente federado em parcelas conforme o referido cronograma, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro por parte do contratado.

Fica vedada a apresentação de Nota Fiscal/Fatura de outra empresa que não a contratada.

CLÁUSULA OITAVA – Das Garantias Contratuais:

A assinatura do contrato está condicionada à apresentação de uma das garantias previstas no art. 56, §1º, da Lei 8.666/93; e, sendo mediante caução, se dará no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. O valor correspondente a este percentual (5%) poderá ser paulatinamente descontado das parcelas a serem recebidas pelo licitante vencedor, conforme cronograma físico-financeiro, ficando retido nesta Municipalidade até final conclusão definitiva e entrega da obra licitada.

A garantia apresentada, sendo o caso, será restituída após o recebimento definitivo da obra e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA NONA – Disposições Gerais:

As omissões relativas ao presente contrato são reguladas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações em vigor.

Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, o Município poderá aditar o contrato, obedecendo a Lei nº. 8.666/93, e mantidas as condições da proposta inicial, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos**, ao que está obrigados a aceitar o Contratado, sob pena de ser considerado descumprimento contratual o não-atendimento ao aditivo.

Fazem parte integrante do presente todas as cláusulas do edital de licitação modalidade tomada de preço nº. 001/2019, independentemente de transcrição ou traslado, inclusive seus anexos.

Fica eleito o Foro da Comarca de São Luiz Gonzaga (RS), para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor na presença de testemunhas instrumentárias.

Dezesseis de Novembro (RS), de de 2019.